

Deve ser mobilizado urgentemente

— José Neves, presidente "canarinho"

por Salvador Raimundo

«Domingo» ouviu José Neves, presidente do Clube de Desportos da Costa do Sol, sobre a problemática da profissionalização do futebol moçambicano. Muito gentilmente aquele dirigente desportivo aceitou falar-nos e disse:

Para analisar a presente questão importa, antes do mais, definirmos friamente a situação actual do futebol moçambicano da primeira divisão, naqueles que são os grandes factores condicionantes para um desempenho normal de uma equipa de primeiro plano do futebol num clube e, consequentemente, de desenvolvimento da modalidade no contexto nacional e do continente, tendo em conta que a situação, se não é de profissionalismo, também não é de amadorismo.

José Neves falou-nos a seguir do enquadramento competitivo, nos seguintes termos:

A partir de 1988, a Federação

destinam a regular, em princípio, uma actividade de carácter e espírito amador.

g) Formação de jogadores — Criação de trabalho de escolas de jogadores e de maior atenção no escalão júnior, por forma a garantir a necessária alimentação à equipa de sénior em termos de valores.

h) Gestão do espectáculo desportivo, com o objectivo de rentabilizar os investimentos efectuados nos pontos anteriores, bem como os do próprio espectáculo.

Na sequência destas opções, temos: A profissionalização, neste contexto (o actual), deve ser mobilizada urgentemente, (isto é, se ainda se mantiverem como perspectivas de rendimento da modalidade o alcance de resultados desportivos mais consistentes a nível do continente, quer a nível de clubes ou de selecção, por forma a definir-se objectivamente o estatuto usufruído mas não assumido de profissional de jogador de primeira divisão nacional, e por forma a tornar coerentes todos os investimentos efectuados nesta área e que se destinam à melhoria do desempenho da equipa principal;

A institucionalização do desporto profissionalizado (futebol sénior da primeira divisão) na R.P.M. contribuiria, seguramente, para clarificar as relações de produção existentes neste momento no futebol, definiria o atleta profissional na sociedade tal como ele é, dotando-o de uma personalidade jurídica mais consistente no seu meio, onde todos que o rodeiam — administrativos, técnicos, pessoal técnico auxiliar — são profissionais;

No contexto sócio-económico actual não parece que seja viável analisar-se como solução do problema social do atleta a sua integração nas empresas integradoras do clube, pois essa tem-se feito sentir desde o início deste ano como uma solução que não pode, a médio prazo, ser comportada pelas empresas nacionais de uma forma geral, dada a racionalização da mão-de-obra no âmbito de um esquema de economia auster.

Profissionalizar o futebol não implicará mais investimentos do que já vêm sendo feitos nas equipas, antes pelo contrário, poderá em alguns casos reduzi-los, ao tornar todas as questões a ele inerentes mais objectivas e rentáveis, eliminando indefinições bastante malélicas e desgastantes que originam por vezes grandes prejuízos financeiros.

De acordo com o presidente «canarinho», aos clubes deve ser permitido um campo de acção mais vasto no processo de angariação de fundos para a sua actividade. Por exemplo, em espectáculos, rifas, jogos de azar (bingo) etc., ou outros investimentos com viabilidade que possibilite ao clube o seu vocacionamento sem distorcer a sua função social, e por forma a garantir suporte económico para a materialização de seus projectos e alcance dos resultados desportivos planificados e não como actualmente acontece em que o défice dos clubes é grande.

O fenómeno futebol (campeonato nacional) — é José Neves quem o diz — deve ser rentabilizado como meio de produção nesta fase, tomando em conta a introdução dos novos conceitos económicos de gestão de um mercado mais concorrencial e utilização para promoção do potencial de diversas empresas recentemente redimensionadas. Daí que o futuro dependa exclusivamente das suas gentes e sua agressividade.

Por parte da estrutura estatal do desporto deverá definir-se uma política de incentivo e apoio aos clubes que, no desenvolvimento das suas actividades como instituição de utilidade pública, investem em

campos, técnicos e equipas que participam em competições internacionais, em secções desportivas de alcance social mais amplo, como, por exemplo, escolas de jogadores, actividades recreativas para a comunidade substituindo-se em alguns casos no papel do Estado e das escolas.

Por outro lado, pode ser que, atendendo a uma série de conjunturas, não seja possível profissionalizar-se o futebol, definindo-se definitivamente o estatuto amador, que teria como implicações certas as seguintes: abaixamento do nível de futebol; desprofissionalização do pessoal administrativo, técnico e auxiliar; diminuição do vo-

lume de trabalho das equipas; alteração do figurino de competição do campeonato nacional; aspirações reduzidas a nível do continente em termos de resultados desportivos do futebol nacional; desmotivação de massas; libertação das empresas integradoras de parte do investimento.

O nosso entrevistado acrescentou que numa situação de guerra, é um facto que estes não são os problemas mais importantes, mas sendo o assunto futebol e estando o país a ser alvo da desestabilização perpetrada pelos bandos armados apoiados por Pretória, seria mais uma séria razão para se analisar o assunto, se tomarmos em

consideração os valores da unidade Nacional que o campeonato nacional pode ajudar a preservar, bem como a sua acção eficaz de equilíbrio psico-social das populações.

A finalizar, José Neves afirmou:

Discordando-se quer duma opção quer de outra, aparece-nos como alternativa a actual situação, em que vivemos no desporto, ignorando determinados princípios intrínsecos ao amadorismo e utilizando outros totalmente amadores, numa amálgama que resulta no comportamento actual das nossas equipas, em que temos de assumir os riscos que tal situação provocará ao nosso futebol no futuro.



José Neves, do Costa do Sol. Frontalidade na apresentação das questões

Moçambicana de Futebol instituiu um novo figurino de competição, mais coerente com as aspirações competitivas que norteiam o desporto, mas com as respectivas implicações de ordem económica que não podem ser evitadas ao se querer dar forma a esta actividade de competição regular a nível nacional.

O capital mínimo a ser disponibilizado para garantir a qualquer uma das equipas a participação em todos os jogos justifica que cada clube tome medidas para salvaguardar e rentabilizar o seu investimento.

Neste contexto, algumas posições de fundo foram-se definindo progressivamente e duma forma genérica, ao nível dos clubes mais representativos do futebol do país, que passaram por:

a) Profissionalização progressiva dos Departamentos de Futebol — (Administrativos e pessoal auxiliar).

b) Investimento em infra-estruturas.

c) Profissionalização do quadro técnico nacional — Contratação de técnicos estrangeiros.

d) Ocupação em regime de tempo integral de uma grande percentagem dos atletas das equipas da primeira divisão no desempenho de funções de jogadores (treinos, jogos, etc.).

e) Atribuição de refeições dietéticas aos atletas em função do volume e intensidade de trabalho a que são sujeitos no cumprimento do respectivo programa de treinamento.

f) Contratação de jogadores — Existe um mercado bem definido a nível nacional em que, salvo raras excepções, o concurso de qualquer jogador de primeiro plano nacional não obedece aos procedimentos normais e correntes no contexto do futebol profissional, embora em termos práticos, para se tornarem as questões oficiais, se recorram às normas vigentes que se



O tema é complexo

— Doutor Carlos Sousa, da medicina desportiva

Em minha opinião, este é um tema complexo que exige um debate sério, envolvendo as várias entidades envolvidas no desenvolvimento do desporto nacional. Doutor Carlos Sousa, vulgarmente conhecido por Doutor Cazé, especializado em Medicina Desportiva, quando há dias dava o seu ponto de vista sobre o profissionalismo no futebol moçambicano.

Doutor Cazé disse ainda que, à partida, a profissionalização do futebol nacional depende e está intimamente relacionado com o desenvolvimento económico e social do país. No meu entender, o futebol profissional exige, entre outras, coisas regulamento sobre direitos e deveres dos clubes e dos atletas a eles vinculados; sindicato ou «associação de classe» dos jogadores e técnicos; organismo representativo dos interesses das direcções dos clubes; juristas para «defesa» dos atletas e dos clubes em questões que inevitavelmente surjam como resultado dos conflitos clube-atleta; seguros de acidentes de trabalho e de vida; clubes com o devido suporte financeiro.

Se atendermos às premissas atrás enunciadas, considero prematura a profissionalização do futebol no momento actual, pois há questões a resolver, como sejam: inexistência de regulamentação de protecção dos deveres e direitos dos jogadores, clubes e associações; inexistência de regulamento sobre seguros de acidentes de trabalho (lesões contraídas em treino ou competição ao serviço do clube) e seguros de vida; quem e como se

vai financiar a actividade dos clubes de futebol profissional; que clubes desenvolveriam o futebol profissional; quem defenderia os interesses dos jogadores; como articular as competições de futebol profissional e amador; como conciliar, num mesmo clube, as modalidades amadoras e o futebol profissional.

Em relação às integrações dos

galias sociais dos atletas e garantia de protecção do emprego dos mesmos, finda a sua carreira desportiva; aumento da capacidade de recuperação e manutenção das instalações desportivas e sociais dos clubes; maior apoio às escolas primárias e secundárias, no âmbito da ligação clube-escola; possibilidade de apoiar a recreação dos trabalhadores das entidades integradoras, através da utilização do parque desportivo e das instalações sociais dos clubes.

Quanto às desvantagens...

As desvantagens que as integrações trouxeram segundo o Dr. Cazé prendem-se com o aparecimento de dirigentes desportivos com horário de funcionamento público, com os inconvenientes que daí advêm resultantes do facto de a maioria das modalidades se desenvolverem depois das 17 horas; dirigentes desligados da massa associativa dos clubes; massa associativa desligada do clube; direcções que não se preocupam em aumentar as quotizações do clube através da mobilização de maior número de sócios, pois já têm o suporte financeiro desejado; liberalismo em não se desenvolver o enquadramento dos atletas não-estudantes em actividades ocupacionais extra-treinos, criando-se assim hábitos negativos nos atletas que, ao longo da sua carreira desportiva, só aprendem a praticar a sua modalidade desportiva, podendo surgir então o desajustamento ou o subemprego; ausência de vida associativa nos clubes.



Doutor Cazé, também deu o seu parecer sobre esta problemática

clubes em empresas e instituições, o nosso entrevistado disse:

As principais vantagens das integrações são o aumento do potencial económico e organizativo dos clubes integrados; melhoria das re-